

## Editorial

O presente número da *Revista Estudos Hegelianos* dá continuidade à publicação de contribuições do V Congresso Internacional da Sociedade Hegel Brasileira, que foi realizado nos dias 28 de setembro até 2 de outubro de 2009 em Fortaleza, sob o título “A noiva do Espírito: Natureza em Hegel”. Além de questões gerais acerca da estrutura sistemática e dos pressupostos da filosofia da natureza de Hegel, é em particular a concepção hegeliana do organismo que está em foco nos artigos reunidos neste número – certamente uma das partes da filosofia hegeliana da natureza que mais se destaca pela sua originalidade e atualidade.

O primeiro artigo, de Manfredo Araújo de Oliveira, aborda questões acerca dos pressupostos e intenções do sistema da filosofia da natureza de Hegel. O autor lembra que à filosofia da natureza de Hegel subjaz um programa filosófico que se formou pela crítica da “filosofia da subjetividade” (como Hegel a chamou), que Hegel associou com as posições de Kant e Fichte. Já nos escritos críticos da sua fase ienense, Hegel via a característica da filosofia da subjetividade na visão do pensamento como sendo apenas uma atividade subjetiva, frente a determinações dadas que não possuem alguma estrutura conceitual e que têm sua origem (ao menos na posição kantiana) numa realidade epistemicamente inacessível para nós. A superação da filosofia da subjetividade – que seria a tarefa da *Fenomenologia do Espírito* – segundo o autor é um pressuposto fundamental da Lógica de Hegel. Esta volta a ser uma doutrina acerca das categorias que fala da estrutura ontológica do *Ente*, e não apenas da estrutura do nosso pensamento enquanto atividade subjetiva. A consequência importante disso seria que a filosofia da natureza de Hegel não é meramente uma teoria acerca dos conceitos fundamentais das ciências naturais, mas antes o desdobramento da estrutura conceitual da natureza mesma. No entanto, na medida em que ela não é mais lógica, mas “filosofia real”, deve-se dizer também que ela está estreitamente ligada com as ciências particulares e com a forma da representação, que subjaz à nossa referência a objetos. Portanto, a filosofia da natureza não pretende só sistematizar a estrutura conceitual da natureza, mas também ligar essa estrutura aos conteúdos representacionais que lhes correspondem. Conforme conclui o autor, isso dá a ela a forma de uma “movimento circular entre conceito e a representação”, que integra esses conteúdos na concepção monista da ideia una que se efetua no seu outro.

As contribuições de Sebastian Rand e Dieter Wanschneider abordam, em perspectivas diferentes, a tese hegeliana de que no organismo animal já se constitui uma forma elementar de subjetividade. Essa tese possui um papel importante na “reconciliação” do espírito com a natureza, possibilitando a compreensão de fenômenos psíquicos que correspondem aos primeiros degraus do espírito

subjetivo como emergentes de uma organização natural (sem que Hegel adote uma versão do que hoje se chama de “naturalismo”). Sebastian Rand argumenta que a tese hegeliana vincula uma concepção de subjetividade própria do idealismo alemão, já presente em Fichte, com a análise funcional do sistema nervoso, que prevalece na literatura biológica do seu tempo. Segunda a concepção idealista de subjetividade, esta é caracterizada por autodeterminação, o que, por sua vez, envolve o diferenciar-se de si mesmo, e o identificar-se consigo mesmo na diferença. Segundo o autor, Hegel vê no sistema nervoso do animal justamente essa estrutura de autodiferenciação e – identificação. Portanto, a sensação possibilitada pelo sistema nervoso, que Hegel considera o núcleo da subjetividade animal, seria concebida por Hegel em termos fisiológicos (e não fenomenológicos). A contribuição de Rand é interessante por destacar a importância de resultados da pesquisa científica do seu tempo para a concepção hegeliana da relação entre natureza e espírito. Com isso, a posição hegeliana difere não só do naturalismo científico, que nega qualquer realidade irreduzivelmente espiritual, mas também do “naturalismo relaxado” que foi atribuído recentemente a Hegel (McDowell).

Dieter Wandschneider interpreta a concepção hegeliana da subjetividade animal na perspectiva da teoria dos sistemas. Isso significa que as formas elementares do psíquico que, segundo Hegel, o animal exibe são entendidas como fenômenos emergentes de um sistema fisiológico que é autorregulador. Portanto, a concepção hegeliana do “si-si” inerente ao organismo animal é interpretada no sentido da estrutura autorreguladora do organismo animal, a instância controladora não sendo apenas um “si funcional” que dirige o sistema conforme os valores normativos essenciais para a sua sobrevivência (tal “si” já a planta possui), mas também um “si acional”, que possibilita um agir relacionado com o ambiente. Tal agir, defende Wandschneider, exige a “sensação” no sentido de uma perspectiva interna da vivência que está ligada à necessidade da autoconservação. Segundo isto, a concepção hegeliana da sensação, central na sua compreensão do organismo animal, envolveria duas sub-teses: primeiro, que a “alma” na sua forma elementar está essencialmente ligada à autoconservação do organismo; e segundo, que a perspectiva interna da vivência (por exemplo, de dor) é necessária para a autoconservação do organismo, e não um mero epifenômeno da vida, conforme defendido por alguns autores mais recentes da filosofia da mente. No entanto, segundo Wandschneider a ideia de que o psíquico é um fenômeno emergente da organização natural do organismo só é compreensível se levarmos a sério a perspectiva objetivo-idealista, segundo a qual as leis da natureza constituem uma lógica que subjaz à natureza, uma idealidade implícita que se torna manifesta no surgimento do espírito a partir dela.

A concepção hegeliana do organismo tem seu fundamento lógico no conceito de vida que é desenvolvido na parte final da *Lógica*, “A ideia”. No entanto,

os dois conceitos devem ser entendidos no contexto da discussão sobre a estrutura teleológica da vida, à qual Kant deu uma virada importante na sua terceira Crítica. Esse contexto está em foco no artigo de Márcia Zebina. Kant reconhecera na vida orgânica um fenômeno que ultrapassa a explicação mecânica-causal. Mas, argumenta a autora, ele entendeu a finalidade interna, na qual algo é ao mesmo tempo causa e produto ou fim, ainda em analogia com a produção intencional, que caracteriza a técnica. O passo decisivo de Hegel teria sido separar a teleologia interna do esquema da intencionalidade, retomando a distinção aristotélica entre “natureza” e “técnica”. Segundo a autora, a concepção da teleologia interna que se desenha nesse passo é também o modelo estrutural para a compreensão hegeliana da atuação do espírito, cuja vida ética constrói uma “segunda natureza”. Portanto, o conceito de vida, no sentido de uma nova concepção da teleologia interna, seria central para todo o sistema de Hegel. O artigo de Márcia Zebina destaca que a relação entre natureza e espírito em Hegel - além da concepção emergentista do psíquico discutida por Rand e Wandschneider - envolve a ideia de um núcleo estrutural que a vida orgânica e o espírito, até na realização da sua liberdade, têm em comum.

Agradeço novamente a Konrad Utz pela colaboração, a Danilo Vaz-Curado pelo layout e o trabalho de revisão, e aos tradutores Verrah Chamma e Márcia Zebina.

**Hans Christian Klotz (UFG)**

**Editor**